

O “salto ontológico”: em busca de novas contribuições para a problemática natureza e sociedade

“Avance de investigación en curso”

GT16: Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais

Leandro Módolo Paschoalotte
Araraquara-UNESP, São Paulo, Brasil. 16 de julho de 2013.

Resumo

Novas inferências no campo das biociências como a afirmação da existência de “culturas” e “tradições” entre os animais, têm exigido que as Ciências Sociais retornem à problemática natureza-sociedade. Assim, com intuito de ratificar velhos fundamentos e buscar novas ferramentas epistemológicas que nos permita repensá-la, pretendemos apresentar brevemente o que o filósofo György Lukács denominou “salto ontológico”. Para o autor, haveria entre as esferas da natureza e da sociedade uma ruptura ontológica no que diz respeito às legalidades essenciais das mesmas. De modo que não haveria pertinência científica deduzir as leis da esfera social a partir da natural, e vice-versa. Portanto, tal conceito apresentar-se-ia como uma importante ferramenta epistemológica nas investigações que buscam apreender a dinâmica entre os fenômenos naturais e sociais.

Palavras chaves: ontologia marxista, biociências e ciência sociais.

Esse trabalho pretende apresentar parte dos resultados provisórios da pesquisa em Mestrado intitulada “O ‘salto ontológico’: em busca de novas contribuições para a problemática ‘natureza e sociedade’”, na qual buscamos deslindar novas ferramentas e recursos teórico-epistemológicos para a compreensão e interpretação de uma das mais paradigmáticas reflexões nas/das Ciências Sociais, qual seja: a relação entre “natureza e cultura” e/ou “natureza e sociedade”.

Durante muito tempo a Ciências Sociais passou pela necessidade de se firmar como Ciência, e para tanto, seus fundadores, influenciados pela perspectiva moderna de ciência, se viram obrigados a galgar um objeto próprio, definido no marco de procedimentos gnosiológicos e epistemológicos específicos. Devemos, mormente, esse momento a Auguste Comte com sua “física social” e, posteriormente, a Émile Durkheim (1974) e seus conceitos fundacionais – “fato social”, “consciência coletiva” etc. O que estava por trás no desenvolvimento da ciência recém-nascida – cada autor com suas especificidades – não era somente firmar o seu objeto próprio e os seus adequados procedimentos de investigação, mas sim de firmá-los na medida em que estes se distinguissem dos *objetos* próprios das Ciências Naturais e, ao mesmo tempo, preservasse delas a rigorosidade e adequabilidade científica; por isso a busca por leis e o caráter exterior dos fenômenos sociais eram coisas a serem veladas, sobretudo, para que o sociólogo mantivesse a imparcialidade e objetividade frente ao objeto estudado. Era necessário, portanto, firmar uma relação teórico-epistemológica clara entre “natureza e cultura” e/ou “natureza e sociedade”. Tamanha era a preocupação em reconhecer e delimitar as fronteiras e as continuidades entre essas duas dimensões – da natureza e da sociedade –, que não demorou muito a aparecer conceitos e ferramentas teóricas que se destinavam a compreender com mais detalhes as suas relações. Com Marcel Mauss (2003) e o seu “fato social total”, por exemplo, deveu-se uma importante contribuição, já que não era outro objetivo do sociólogo com tal conceito do que justamente articular as dimensões psicológica, social e fisiológica (biológico) numa única ferramenta teórico-epistemológica.

Com o passar do tempo, o desenvolvimento e acúmulo dos saberes e práticas científicas das diferentes áreas proporcionaram uma certa independência teórico-epistemológica das Ciências. De um lado, a Ciências Sociais, com a contribuição de novas e diversas correntes, de hermeneutas, estruturalistas até marxistas, definitivamente ratificou seu *status* de Ciência, e hoje segue incontestemente seu curso. Do outro lado, as Ciências Naturais, especialmente as biológicas, também não deixaram de se desenvolver: novas conquistas científicas, velhos paradigmas quebrados etc. Todavia, hora ou outra, a problemática “natureza-sociedade” retorna, e não somente por requisitos de elucubrações teóricas das mais diversas matizes, mas especialmente porque novas descobertas científicas exigem dos cientistas reavaliarem seus pressuposto e paradigmas. E isso é que nas últimas décadas vem ocorrendo. Para sermos sucintos e claros tomemos apenas um exemplo.

Até a década de 1960, muito pouco se sabia sobre o comportamento dos grandes símios. Porém, a partir do trabalho de Jane Goodall (1991), um novo conjunto de dados demonstraram uma certa complexidade de seus comportamentos e elevados graus de suas inteligências. Coleta de material que durante as últimas décadas vem crescendo e se qualificando; e que, segundo alguns biocientistas, não somente ratificaram a existência de uma grande diversidade de comportamentos da qual já suspeitavam, como também revelaram comportamentos antes inimagináveis de se encontrar entre animais. Para eles o conjunto de comportamentos, padronizados, estáveis e repassados de geração à geração e que variam de grupo para grupo dentre, por exemplo os chimpanzés, podem ser denominados de “culturas” e “tradições” (Wrangham et. al.,2001). Assim sendo, existiria segundo esses autores “culturas de chimpanzés” e “tradições de chimpanzés”.

Dito isso, não seria preciso tecer grandes comentários para evidenciar as atuais investidas das biociências sobre fenômenos que tradicionalmente se constituíram objetos das Ciências Sociais. Contudo, se somarmos a ela o número acentuado de novas publicações científicas que (re)afirmam um substrato natural genético no/do comportamento humano e suas prática culturais¹, acreditamos mostrar-se definitivamente necessário o intento em ratificar velhos fundamentos sociológicos e buscar novas ferramentas teórico-epistemológicas que nos permitam uma madura apreensão das contribuições recíprocas às quais as Ciências Sociais e Naturais podem se permitir em tempo de novas descobertas científicas e filosóficas.

E para isso acreditamos que a obra *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (1976), de György Lukács, seja um importante vetor de contribuição. Validade confirmada não somente pela influência com a qual se propagou nos últimos tempos pelo espectro marxista, como em Michael Löwy, István Mészáros, Ricardo Antunes entre outros. Mas, sobretudo, pela ênfase dada às questões da singularidade humana, às diferenças essenciais da esfera social em relação à esfera propriamente *natural*, com a qual Lukács empreende toda sua obra tardia. Não é outra a razão de ser da *Ontologia* lukacsiana senão um pertinente retorno às categorias e aos fundamentos de toda a constelação categorial marxiana, com objetivo de fazer valer o legado de Marx a partir do que o autor definira como uma ontologia histórico-materialista (Lukács, 1978b), ou seja, de reelaborar a concepção marxiana da especificidade ontológica do ser social, do humano.

E para compreender a sua *Ontologia* acreditamos ser vital a compreensão de um conceito matriz para toda ela e que por sinal condensa sua acepção a cerca da problemática “natureza-sociedade”, qual seja, o “salto ontológico”. Todo o sistema lukacsiano, especialmente a gênese e a processualidade evolutiva do ser social, se ergue conceitualmente a partir daquilo que o filósofo entendeu como uma salto/ruptura estrutural com a esfera da natureza. Sendo por isso, o “salto ontológico” se apresenta como uma possível ferramenta teórica-epistemológica para enfrentar as novas investidas das Ciências Naturais nas explicações de fenômenos tradicionalmente objeto das Ciências Sociais. De tal modo, que

entendemos que qualquer compreensão não rigorosa desse conceito pode nos levar a incorremos em desprezar uma nova ferramenta para lidarmos com a problemática “natureza-sociedade”. Vejamos.

Para o nosso autor, concebermos a totalidade (universo) da qual o mundo dos homens é partícipe como um ser em geral de caráter unitário – dotado de relativas e heterogêneas histórias: da natureza e histórias dos homens – seria um dos lineamentos fundamentais legados por Marx e do qual necessariamente deveríamos partir para construirmos uma concepção ontologicamente correta. Se formos mais precisos ao raciocínio lukacsiano, deveríamos pensar o ser em geral como um “complexo de complexos”; assim, a história da natureza não se identificaria de modo algum com a história humana, ambas, todavia, seriam partes (complexos) que se condicionariam em uma dinâmica unitária (um complexo). E, por isso, ao serem analisadas deveriam ser tratadas enquanto uma ciência histórico-dialética e unitária. Em suas palavras:

“No que se refere à filosofia da natureza, ele [Marx] rechaçou, de modo cada vez mais decidido, a tradicional separação entre natureza e sociedade, (...) e considerou sempre os problemas da natureza predominantemente do ponto de vista de sua inter-relação com a sociedade. [Assim,] Marx reconhece uma só ciência, a ciência da história, que engloba tanto a natureza como o mundo dos homens.” (Lukács, 1979, p15).

Assim, segundo Lukács, inspirado em Marx, o ser em geral se constituiria numa unidade do diverso, posto que, além do mundo dos homens e suas leis próprias – leis socioculturais –, também seriam partícipes dele formas de ser diversas em suas estruturas e legalidades, tal como a esfera da natureza, constituída em uma rede de causalidade espontânea pelas esferas inorgânica e orgânica (Lukács, 2010).

Para Lukács, conforme a exposição de Vaisman & Fortes (2010), o ser em geral, numa processualidade evolutiva, teria se desenvolvido das formas mais simples da organização da matéria para formas mais complexas em um processo substancializado pela continuidade na descontinuidade. Haveria, assim, uma escala de gradação dos seresⁱⁱ segundo as características específicas, ou melhor, os estatutos ontológicos de cada um deles.

O ser em geral, portanto, seria formado basicamente por três grandes seres: a esfera inorgânica, a orgânica e a social. Além disso, seriam dois os momentos mais importantes no *continuum* desta processualidade evolutiva, ambos por sinal de radical descontinuidade: primeiramente haveria o momento de ruptura com a esfera inorgânica, que teria engendrado a esfera orgânica e, em segundo lugar, o momento de ruptura com a esfera orgânica, que teria engendrado a esfera social. Esses momentos foram denominados por Lukács como “saltos ontológicos”ⁱⁱⁱ.

De uma forma da organização da matéria a outra, portanto, o que se estabeleceria processualmente, para Lukács, seria o salto de um estatuto ontológico para outro. Isto quer dizer que a cada ruptura se entificaria legalidades objetivas qualitativamente diferentes, e que cada esfera nova se desenvolveria com uma relativa autonomia em relação às demais, ao mesmo tempo em que, na sua estrutura interna, se desenvolveria sua essência específica. E isto ocorreria porque as esferas e suas relações recíprocas ora manteriam e/ou atualizariam as suas categorias, ora, pelo intenso processo de complexificação do ser, engendrariam novas categorias que seriam, em si, portadoras de uma ruptura ontológica. Contudo, por mais que os desenvolvimentos de suas características próprias tornassem as cada vez mais distintas/heterogêneas entre si, essas três esferas, por necessidade ontológica, estariam sempre ineliminavelmente articuladas (Lukács, 2012b). E, tudo isso, segundo o autor, nos impediria ontologicamente de deduzir a esfera superior da esfera inferior.

Para Lukács, a dinâmica ontológica da forma de ser da matéria sob a legalidade inorgânica seria o que designou como tornar-se-outro, ou seja, sua essência adviria de processualmente sempre se converter em algo distinto do que é. Basta pensarmos, sobretudo, nas leis químicas e físicas: a força mecânica se transforma em calor, as pedras em terra, e assim por diante. Na processualidade evolutiva, a complexificação dessa forma de ser teria provocado rupturas que a conduzira a uma nova e superior organização da matéria: a orgânica. E esse processo dialético, segundo Lukács, somente se movimentaria efetivamente porque haveria nele um momento de predominância em relação aos demais^{iv}. No caso do “salto ontológico” do ser inorgânico ao ser orgânico, este momento predominante seria o repor-o-mesmo. A nova legalidade posta pelo ser orgânico – sua essência – seria, portanto, a dinâmica ontológica de continuamente reproduzir a si mesmo. As amebas reproduzem-se em amebas, as macieiras reproduzem-se em macieiras e etc.

O que seria evidente no salto, segundo o filósofo, é que processualmente se conservaria a legalidade própria das interações inorgânicas e, apesar de que permanecendo dependente dela, a nova forma de ser não mais se reduziria a essa legalidade, pois em sua processualidade evolutiva cada vez mais se complexificaria e explicitaria categorias ontológicas puras. Neste particular, basta pensarmos na subsunção das leis físico-químicas às leis da seleção natural.

Todos esses lineamentos gerais do salto do ser inorgânico ao orgânico, segundo Lukács, também poderiam, *mutatis mutandis*, ser encontrados na ruptura da esfera da natureza à social. Uma vez que o ser social também saltaria para fora da natureza por predomínio crescente das suas novas categorias e assim explicitaria sua real essência. Se não há possibilidade ontológica da vida sem as reações químico-físicas da esfera inorgânica, o mesmo analogamente aconteceria entre a esfera orgânica e a social: não há relações sociais se não houver vida. Por isso, Lukács seria tão fidedigno ao paradigma marxiano de que o ser social se constitui e se aperfeiçoa na medida em que afasta os limites naturais sem jamais os romper (Lukács, 1979).

A estrutura ontológica do ser social, segundo o húngaro, seria a ininterrupta produção do novo. Sua gênese, seu momento predominante no processo de ruptura, teria sido exercida pela categoria fundante do ser social: o trabalho. Pois ainda que o ser social, segundo Lukács, comparecesse desde sua gênese constituído pelo menos por três categorias primordiais, como a sociabilidade, a linguagem e o trabalho, seria esta, como num “jogo dialético entre pergunta e resposta” com a natureza (Lukács, 2012b, p.122), que articularia e crescentemente diferenciaria (extensiva e intensivamente) o mundo dos homens da esfera natural. No ser social, portanto, também se entificaria uma nova legalidade objetiva; todavia, diferentemente da esfera da natureza, o ser social seria caracterizado por ser uma rede de causalidade posta.

Destes mais gerais lineamentos ontológicos apreendidos por Lukács, podemos problematizar um conjunto de questões referentes ao “salto ontológico” feitas pelo autor, que no nosso entender podem ter importantes repercussões para pensarmos alguns, no dizer do filósofo, complexos sociais como a linguagem e o trabalho.

Para sermos objetivos vejamos: por ser o trabalho, segundo o autor, a categoria fundante do ser social, ele não poderia deixar de ser também, em si, portador do salto. Nas palavras do autor:

“A resposta [à questão de atribuir primazia ao trabalho na gênese do ser social], em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias desta forma de ser têm já, essencialmente, um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido.” (Lukács, 2012a, p.4).

Contudo, em outros momentos, o marxista húngaro afirma: “Do mesmo modo que com o trabalho, também com a linguagem se realizou um salto do ser natural para o social.” (*id. Ibid.* p.53). E/ou, “É por meio desta dualidade [o ser e o seu reflexo na consciência]^v que o homem sai do mundo animal.” (*id. Ibid.* p.16).

Como pode o autor afirmar nesses trechos que a linguagem também pode realizar o salto ontológico, se em outro momento ele diz que “quaisquer manifestações” de categorias que não o trabalho, “ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido” (*id. Ibid.* p.4)? Possivelmente esse problema, com roupagens paradoxais, seja apenas aparente e se resolva no interior de seu pensamento.

Uma das principais premissas para entendermos o salto ontológico, segundo Lukács, residiria no fato de podermos apenas nos esclarecer “conceitualmente” a seu respeito através de um “experimento ideal” (*id. Ibid.* p.2). Pois, como vimos, a essência de todo salto ontológico seria constituída por uma ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser (*id. Ibid.* p.4). Ou seja, para o filósofo, o salto em si jamais poderá ser dimensionado/reconstruído por meio de experiências^{vi}.

Segundo ele, mesmo a aproximação, por exemplo, pelas escavações arqueológicas, “que lançam luz sobre várias etapas intermediárias do ponto de vista anatômico-fisiológico e social (utensílios, etc.)” (*id. Ibid.* p.2), jamais serão capaz de captar o momento essencial do salto. Mas, partindo da concepção de que o salto seria uma ruptura qualitativa sem qualquer nascimento de forma imediata ou gradual, como pode o filósofo afirmar também a existência de várias etapas intermediárias ou de “momentos de passagem da prevalência da vida orgânica à socialidade” (*id. Ibid.* p.2)? Ou ainda, como pode afirmar a existência de “fenômenos preparatórios” (*id. Ibid.* p.3) ou “formas preparatórias” (Lukács, 2012c, parte 2, p.7-8) para o salto? A nosso ver, possivelmente Lukács nos esclarece quanto a esses questionamentos da seguinte forma:

“(…) é evidente que na gênese desta coisa nova se encontram fenômenos de caráter transitório que não conduziram jamais ao nascimento, à consolidação, à auto-constituição do novo grau de ser se não existissem forças pertencentes ao novo tipo de ser que, nas -insuprimíveis- interações com aquelas pertencentes ao velho não desempenharem o papel de momento predominante.” (LUKÁCS, 2012b, p.80).

Assim, o que Lukács afirma é que “a forma mais desenvolvida deste fenômeno [preparatório] só pode tornar-se o fundamento do real ser-homem mediante um salto” (2012a, p.18), daí em diante quem assumiria a função diretiva – momento predominante – do processo seriam essas formas e categorias novas (o trabalho, a sociabilidade, a linguagem, etc.). Ou seja, para o filósofo, avistamos que sim, haveria momentos/fenômenos de transição, o que não haveria seriam formas ontológicas intermediárias, isto é, não haveria formas de ser intermediárias entre as esferas natural e social.

Mas então o que viriam a ser “formas ontológicas mistas”^{vii}? Para busca da compreensão correta de tal expressão, vale mencionar que importantes estudiosos da obra tardia de Lukács, de um modo geral, a interpretam distintamente. Sérgio Lessa (2002) argumenta que em Lukács, ao revés de qualquer raciocínio que justaponha a esfera social à natural, há um salto de qualidade de um ser ao outro em que se preserva o caráter unitário (e dialético) do ser. Sendo assim, a expressão “formas ontológicas mistas”, “deve ser desconsiderada em sua literalidade e tomada como expressão dos momentos de imprecisão do texto advindos, fundamentalmente, de seu caráter póstumo.” (Lessa, 2002, p.27). Já para Ronaldo Vielmi Fortes, a expressão “formas ontológicas mistas” pode sim ser usada em seu sentido literal, o filósofo chega mesmo a defender a tese de uma “teoria da dupla base do ser social” (Fortes,

2001). Dubiedade que se entrelaça a um dos grandes problemas enfrentados por Lukács a respeito do salto.

Como Lukács articula de um lado um longo processo de crescente domínio das formas e categorias novas sobre as velhas (as inferiores) e, do outro, o salto como momento de ruptura? Em suas palavras:

“Só quando se entende a gênese ontológica desta maneira, isto é, como gênese de um complexo concretamente estruturado, se pode esclarecer porque ela constitui ao mesmo tempo um salto (do ser orgânico ao social) e um longo processo de milênios. O salto acontece logo que a nova constituição do ser se torna efetiva, mesmo que em atos isolados e inteiramente primordiais. Mas há um desenvolvimento extremamente longo, em geral contraditório e desigual, antes que as novas categorias do ser cheguem a um nível extensivo e intensivo.” (Lukács, 2012a, p.27).

Haveria para nosso autor, no processo de gênese do ser social, dois momentos articulados e diferenciados: de um lado a negação do ser precedente, momento próprio do salto em que se explicita a categoria portadora do novo (no caso o trabalho), e de outro lado a afirmação do novo ser através do desenvolvimento processual (de complexificação), em geral contraditório e desigual, das novas categorias (o devir-humano dos homens). “Portanto, o salto, ainda que pontual (é um momento de ruptura), é sempre processual, uma dinâmica articulação entre negação do velho e afirmação do novo.” (Lessa, 2002, p.253). O que Lukács enfatiza é que o salto (logo, a categoria que o engendrou), como um momento de negação, é que exerceria o momento predominante na processualidade do novo ser.

De modo que “não devemos nos deixar enganar pelo fato de que as etapas singulares do estágio inicial frequentemente duraram dezenas de milhares de anos.” (Lukács, 2012b, p.1). O processo de longo percurso, com diversas formas intermediárias, para nosso autor, não anularia a existência do salto ontológico.

Todavia, possíveis problematizações nos permitem refletir mais profundamente. Para Lukács:

“No curso de cada uma destas [*etapas singulares do estágio inicial*] se verificaram mudanças contínuas – nos instrumentos, nos processos de trabalho, etc.–, as quais, por menores que tenham sido, tiveram consequências que, em certos momentos nodais, se revelaram saltos, transformações qualitativas.” (*id. Ibid.*, p.1).

Mas, como neste “estádio intermediário”, composto por etapas/momentos/fenômenos intermediários/preparatórios, se configuraria a processualidade (e ruptura/salto) de cada um desses fenômenos? E como estes se articulariam em particular e em conjunto com o “complexo concretamente estruturado” logo a partir do salto? Ainda mais, se levarmos em conta,

“que as novas formas do ser só podem desenvolver-se de forma verdadeiramente universal, para além da própria esfera, desdobrando-se gradualmente. Durante o salto e ainda por muito tempo depois do salto, elas estão em constante competição com as formas inferiores do ser das quais se originaram e que – ineliminavelmente - constituem sua base material, mesmo quando o processo de transformação já chegou a um patamar bastante elevado.” (Lukács, 2012a,p.20).

Pensemos por exemplo em algumas das mais importantes categorias do ser social: o trabalho, a linguagem e a consciência (ativa); que por sinal, segundo Lukács, todas possuiriam momentos/fenômenos/formas preparatórias. Em que medida elas se tornaram, frente aos fenômenos e

formas preparatórias, o fundamento do real ser-homem, isto é, em que medida saltaram às suas formas ontologicamente específicas? E mais, como elas competiram com as formas inferiores do ser das quais se originaram e que – ineliminavelmente – constituem sua base material? E se elas competem durante o salto e ainda por muito tempo depois do salto, seria então esse o momento, esse o estágio, no qual compareceriam as “formas ontológicas mistas”?

Em todo caso, por último, pode ser encontrada nas asserções do filósofo uma formulação interessante em tempos de crises e emergências sociais. Sendo o salto uma ruptura estrutural de uma forma de ser a outra, num certo momento Lukács refere-se a um salto interno ao ser social? Segundo o húngaro, a revolução socialista/comunista como um processo de transição do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade” também se constituiria num salto. O “reino da necessidade”, ou a pré-história da humanidade (expressa no atual modo capitalista), se encerraria quando a rede de causalidade posta, que constitui o ser social, também fosse dominada conscientemente pelo homem. Em outras palavras, no momento em que o homem tornar-se o demiurgo consciente do seu destino “será o segundo grande salto no desdobrar-se do ser social, o salto da generidade em-si para a generidade para-sí, o início da verdadeira história da humanidade(...)” (Lukács, 2012c, part.2,p.15).

Desta maneira, o contato com a obra de Lukács até este momento nos permite elaborar uma breve e provisória hipótese a respeito destas questões que acabamos de levantar. Lukács deixou indicado, como já vimos, que o ser social, desde seu mais primordial/primitivo momento histórico, já se comportaria como um “complexo de complexos” e que sua substância radicalmente histórica se desenvolveria numa reprodução ininterrupta que permite tanto a mudança quanto a persistência (Lukács, 1979, p.161).

Se na sua gênese, portanto, o ser social já se movimentaria como um complexo concretamente estruturado, conseqüentemente, todos os momentos/fenômenos, mesmos os preparatórios, já de início se moveriam sob a primazia da “totalidade social”. Seria essa totalidade articulada pelas novas categorias, as sociais, que passaria tanto em nível particular, quanto em nível global, a direcionar a processualidade evolutiva do novo ser.

Sendo assim, a partir das palavras do marxista húngaro em relação à gênese e à evolução do complexo da linguagem, poderíamos indicar – deduzir – como se daria a relação/interação de todos os “fenômenos preparatórios”, tanto em seus respectivos desdobramentos ontológicos em novas e específicas formas e categorias do ser, quanto dessas em relação à totalidade do ser social! Vejamos:

“Para entender corretamente, no plano ontológico, a gênese destas interações complicadíssimas e intrincadíssimas [o surgimento da compreensão conceptual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada através da linguagem], tanto no momento da gênese quanto no seu ulterior desenvolvimento, devemos ter presente (...), [que] o contexto total do complexo em questão é sempre primário em relação às suas partes.(...)[Portanto]É claro que em cada sistema de interrelações dentro de um complexo, como também em cada interação, há um momento predominante.” (Lukács, 2012a, p.27).

Para o filósofo, desta forma, vemos que mesmo que o momento predominante da reprodução social em sua totalidade, em última medida, fosse o trabalho – e posteriormente o complexo da economia; em cada sistema de interrelações dentro de um complexo, também haveria um momento predominante. Ou seja, vinculados ao ser social e condicionando-se mutuamente, todos os fenômenos preparatórios também possuiriam momentos predominantes que os reconfigurariam em suas novas formas ontológicas, e podendo apenas ser compreendidas em suas essências se reconhecermos justamente “as [novas]funções reais que eles exercem dentro deste [novo] complexo” (*id. Ibid.* p.27).

Em outras palavras, cada uma das etapas/momentos/fenômenos preparatórios teria sua ruptura com suas formas inferiores, articulados funcionalmente – ou mesmo derivados – ao trabalho, mediante a primazia da “totalidade social”; seria ela que os reconfiguraria a exercerem novas funções neste complexo, e, portanto, os reconfiguraria em suas novas formas ontológicas. Por isso, os fenômenos preparatórios respectivos a cada nova categoria social se conservariam, mas não de forma linear, ao contrário, romperiam com o desenvolvimento contínuo das formas antigas ao desdobrar-se em novas categorias; conservando-se na mudança, assumiriam na “totalidade social” funções radicalmente diversas.

Todas estas questões levantadas a partir do desenvolvimento conceitual do *salto* merecem uma interpretação mais cuidadosa, uma vez ser ele uma importante ferramenta no campo materialista e dialético para (re)enfrentar a problemática “natureza-sociedade”. Pois se é certo que esta problemática trate-se de uma questão fundante na singularidade científica das Ciências Sociais, bastaria pensarmos na trajetória que a Antropologia percorreram de seus precedentes *evolucionistas* como Lewis H. Morgan, Edward B. Tylor e James G. Frazer, todos de certa forma influenciados pela tradição darwinista. Também é certo que devemos olhá-la em um prisma que vá além de uma simples elucubração teórico-filosófica – o que não é pouco -, e reconhecê-la em sua posição teórico-científica a cada momento da história das Ciências Naturais e Sociais. Somente assim poderemos perceber que ela não é somente fruto de revisões e redescobertas teóricas, mas, especialmente, que ela deve assumir significados científicos e filosóficos diferentes a cada momento da história e, conseqüentemente, perfazer uma gama diferenciada de repercussões sociais e científicas.

Portanto, porque (re)tornarmos à problemática “natureza-cultura e/ou natureza-sociedade” atualmente? E porque fazê-lo via o filósofo marxista Lukács e com especial atenção ao conceito de “salto ontológico” da sua obra “Por uma ontologia do ser social”? A importância dessa temática para os nossos dias são inúmeras, poderíamos ter apontado o peso adquirido pela evidente questão ecológica. Mas, preferimos fazer um breve recorte da qual nos parece ser a razão mais central em reavivá-la, qual seja: as novas e atualizadas investidas das biociências – ecologia, etologia, primatologia etc. – na explicação de fenômenos socioculturais que tradicionalmente tornaram-se objetos próprios das Ciências Sociais. Para exemplificar citamos aquilo que os biocientistas das mais variadas especialidades vem denominando, já há algum tempo, de “culturas de chimpanzés”. Inferência científica que por si só já dispensa maiores justificativas sobre a necessidade de uma reflexão cuidadosa e atualizada a este respeito por parte dos sociólogos.

E para isso ratificamos ser a *Ontologia* de Lukács um diferenciado acervo de reflexões e proposições teóricas. Nesta obra, a partir do pensamento marxista, o filósofo trata das questões da singularidade humana, as diferenças essenciais da esfera social em relação à esfera propriamente natural. Problemática que se sintetiza no conceito “salto ontológico”, uma vez que é por este que o autor irá sustentar toda sua acepção de “ser social” e, sobretudo, o momento segundo o qual o “ser social” se distinguiria ontologicamente do “ser natural”. Desta forma, este trabalho visou apresentar o conceito lukacsiano de “salto ontológico” como uma importante ferramenta para o debate acerca da “natureza-sociedade” da qual os sociólogos, e todos cientistas sociais, podem se valer para enfrentar as novas investidas dos biocientistas. Fazendo com que o diálogo dessas frentes de conhecimento não se reduza a um dogmatismo de qualquer parte.

BIBLIOGRAFÍA

- Durkheim, E. (1974). *As regras do método sociológico*. Tradução de Maria Isaura P. Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Fortes, R. V. (2001). *Trabalho e gênese do ser social na 'ontologia' de George Lukács*. Tesis de maestría no publicada, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, Brasil.
- Goodall, J. (1991). *Uma janela para a vida: 30 anos com os chimpanzés da Tanzânia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lukács, G. (1976). *Per l'Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Editori Riuniti.
- Lukács, G. (1978a) *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: LECH.
- Lukács, G. (1978b). “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”; *Temas de Ciências Humanas*. nº 4. São Paulo: Ciências Humanas, p.1-18.
- Lukács, G. (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH.
- Lukács, G. (2010). *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Lukács, G. *O Trabalho*. (2012a). Recuperado el 02 de febrero de 2012, del sitio Web del Prof. Sergio Lessa: www.sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html.
- Lukács, G. *A Reprodução*. (2012b). Recuperado el 02 de febrero de 2012, del sitio Web del Prof. Sergio Lessa: www.sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html.
- Lukács, G. *O ideal e a ideologia*. (2012c) Recuperado el 02 de febrero de 2012, del sitio Web del Prof. Sergio Lessa: www.sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html.
- Lessa, S. (2002). *Mundo dos homens*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Vaisman, E. & Fortes, R.V. (2010). “Apresentação”. En Lukács, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, pp.9-31.
- Wrangham, R. W. et. al. (Eds.). (2001). *Chimpanzee cultures*. Chicago/EUA: Harvard University Press/Chicago Academy of Sciences.

ⁱ A título de exemplo vale citar o volume 336, de 18 de maio de 2012, da *Science*, intitulada “*Human Conflict*”; cujos artigos, em que pese as diferenças entre seus autores, têm como semelhança explicações *naturalistas* para conflitos humanos.

ⁱⁱ “Quanto a isso é preciso levar em conta que tal classificação não é de modo algum valorativa.(...) É a forma da sua existência efetiva que determina o grau de complexidade, determinando portanto o *locus* na escala da gradação do seres.” (Fortes, 2001, p.133).

ⁱⁱⁱ “(...) todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém *em si* determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser.” (Lukács, 2012a, p.3).

^{iv} Caso contrário o filósofo avalia que o processo findaria estacionado/estático, por isso é necessário um “momento predominante”, cuja função é dar movimento e direção ao processo.

^v Importante demarcar que a distinção entre sujeito e objeto e, conseqüentemente, *ser* e seu *reflexo*, seria, para o nosso autor, o solo genético da linguagem.

^{vi} “Na verdade, aqui é interdita, *a priori*, qualquer experiência que nos possa fazer retornar aos momentos de passagem da prevalência da vida orgânica à socialidade. É exatamente a total irreversibilidade ligada ao caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* desse estágio intermediário.”(Lukács, 2012a, p.2).

^{vii} “(...) a orientação de fundo no aperfeiçoamento do ser social consiste precisamente em substituir determinações naturais puras por *formas ontológicas mistas*, pertencentes à naturalidade e à socialidade (basta pensar simplesmente nos animais domésticos), explicitando ulteriormente – a partir dessa base – as determinações puramente sociais.” (Lukács, 1979, p.19).